

Público

03-08-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Saúde

Dimensão: 442

Imagem: S/Cor

Página (s): 52

# A verdade sobre os medicamentos "esgotados"

## Debate Indústria farmacêutica João Silveira

**1** São conhecidas as medidas draconianas que têm vindo a ser tomadas contra o sector farmacêutico desde 2005, muito agravadas com a chegada da *troika*. Baixa constante do preço dos medicamentos, baixa das margens dos operadores, em particular de distribuidores e farmácias, atrasos de pagamentos insustentáveis estão a levar a uma crise económico-financeira do sector sem precedentes.

A cadeia de valor do medicamento em Portugal, reconhecida como uma das melhores da Europa, está a desmoronar-se. Desde a indústria à farmácia, esta realidade económica leva a medidas de redução de custos, nomeadamente de imobilizado em *stocks*, o que conduz a rupturas sistemáticas dos mesmos. A agravar, os cortes frequentes de fornecimento por incumprimento dos operadores, processos de insolvência, pré-falências, são conhecidos.

Não é possível exigir um serviço de qualidade a um sector que é sistematicamente alvo de medidas, com ou sem *troika*, que levam à sua insustentabilidade. É o sector de longe mais penalizado e que mais tem contribuído para a contenção de gastos impostos pelo memorando de entendimento com a *troika*.

Por decisões político-administrativas sucessivas, o preço dos medicamentos em Portugal baixa todos os meses. Em simultâneo, a margem da distribuição grossista e das farmácias, que já era a mais baixa da Europa, desceu brutalmente. Ora, isto não é sustentável. Existem vários exemplos de medicamentos cujo preço de venda ao público é inferior ao custo de fabrico e as autoridades penalizam a empresa quando o produto entra em ruptura de *stock*. Ou seja, impõe-se administrativamente a prática ilegal de *dumping*. E isto sucede com muitos medicamentos terapêuticamente válidos, eficazes, seguros e baratos, porque as decisões de abaixamento de preços, por pressão orçamental, são normalmente urgentes e por isso cegas e desequilibradas. Ora, esta realidade leva à ruptura sistemática dos *stocks* destes medicamentos e à sua retirada do mercado à medida que a situação se arrasta sem aparente solução.

**2.** Com frequência nos chegam notícias de que o *cluster* da saúde exporta mais do que os nossos tradicionais sectores exportadores, como a cortiça, o vinho do Porto, etc.. O valor das exportações em saúde chegou aos 900 milhões em 2011, com uma subida de 30% face a 2010, tendo os medicamentos contribuído com mais de 500 milhões. Ora isto é bom para o país. Acontece que cerca de 60% das exportações em medicamentos, mais ou menos, 300 milhões, são para a Europa através do que se passou a designar por "exportação paralela", a que alguns irresponsavelmente ou por ignorância apelidam de ilegal ou criminosa.

Em que consiste a exportação paralela? Existe um mercado europeu, onde Portugal está inserido para o bem e para o mal, onde é livre a circulação de pessoas, produtos e serviços. Acontece que neste mercado existem grandes discrepâncias de preços de medicamentos, em particular dos medicamentos sob protecção de patente. Ora em Portugal, fruto das sucessivas baixas de preços



**Não podemos, por razões conjunturais, empurrar o país para a destruição irreversível de uma rede de proximidade cada vez mais relevante socialmente como são as farmácias**



impostos administrativamente, os medicamentos têm preços muito inferiores a outros países europeus, nomeadamente os países do Centro e do Norte da Europa.

Como é óbvio e natural, as companhias farmacêuticas, se podem vender a 100, não estão interessadas em vender a 30 ou 50, para mais quando Portugal está inserido no espaço europeu em que os medicamentos podem ser legalmente vendidos para outros países. Isto acontece nos medicamentos de preços mais elevados cuja diferença permita uma margem que remunere os operadores europeus de distribuição. Isto leva a que as companhias farmacêuticas racionem o abastecimento destes medicamentos para o mercado português. E naturalmente que quando há ruptura na produção primeiro são abastecidos os outros países e no fim, se sobrar, vem qualquer coisa para Portugal.

Na maior parte das vezes, encontramos *stock* de medicamentos "esgotados" nos armazéns das companhias farmacêuticas que fazem o favor de vender diretamente às farmácias, não as dez embalagens solicitadas, mas apenas três, com pagamento à cabeça, com condições financeiras leoninas contra a prática de sempre no sector. Algumas chegam ao ridículo, para vender o produto, de exigir cópia da receita, onde está identificado médico e doente, o que é ilegal e eticamente reprovável. Entretanto, a distribuição farmacêutica, que é essencial ao bom funcionamento das farmácias, recorre à exportação destes medicamentos para equilibrar a operação em Portugal, que é deficitária. Esta situação complica ainda mais o acesso a alguns medicamentos pelas farmácias e pelos seus doentes, cujas consequências para a saúde pública não são tão graves como por vezes se quer fazer crer, uma vez que na grande maioria dos casos existem medicamentos terapêuticamente equivalentes, pelo que facilmente o farmacêutico, em articulação com o médico, poderá encontrar solução para estas situações.

**3.** Não é com mais leis, mais regulamentos, mais inspeções, coimas, que se resolve o problema, como é habitual no nosso país. Se porventura tivermos a ideia peregrina de legislar impondo o preço de 50 centimos por litro de gasolina, no dia seguinte não entra nem mais um barril de petróleo em Portugal. Ora, com os medicamentos, a situação é semelhante. Como alguém diria – "é a economia, estúpido".

Os gregos fazem filas nas farmácias, durante toda a noite, para obterem os medicamentos de que necessitam, o que, na maior parte das vezes, não conseguem. A situação em Portugal está muito longe da Grécia, mas para lá caminharemos se não adequarmos o caminho à realidade.

O sector farmacêutico é um sector estratégico para qualquer país. Em Portugal, levou décadas a construir um sistema que se encontrava entre os melhores da Europa. Não podemos, por razões conjunturais, empurrar o país para a desindustrialização e para a destruição irreversível de uma rede de proximidade cada vez mais relevante socialmente como são as farmácias.

**Farmacêutico. Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos (1995-2001), presidente do European Pharmacists Forum (2009-2011)**

José Manuel Fernandes não escreve hoje, voltando a este espaço durante o mês de Agosto